

# Natureza, Fronteiras e Territórios

Gilmar Arruda

(org.)



# Natureza, Fronteiras e Territórios

imagens e narrativas



Reitora *Nádina Aparecida Moreno*

Vice-Reitor *Berenice Quinzani Jordão*



EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Diretora *Maria Helena de Moura Arias*

Conselho Editorial

- Abdallah Achour Junior*
- Edison Archela*
- Efraim Rodrigues*
- José Fernando Mangili Júnior*
- Marcia Regina Gabardo Camara*
- Marcos Hirata Soares*
- Maria Helena de Moura Arias (Presidente)*
- Otávio Goes de Andrade*
- Renata Grossi*
- Rosane Fonseca de Freitas Martins*

Gilmar Arruda  
(org.)

# Natureza, Fronteiras e Territórios

imagens e narrativas



Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos  
Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina Dados  
Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

N285 Natureza, fronteiras e territórios [livro eletrônico] :  
imagens e narrativas / Gilmar Arruda (org). –  
Londrina : Eduel,  
2013.  
1 Livro digital.

Disponível em : [KWZ Z Z XH EUH G R U D S R U M O](#)  
[SDJ H V O Y R V G J I M V J U M W V S K S](#),

Inclui texto em espanhol.  
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-7216-681-2

1. Geografia humana. 2. Geografia histórica-Paraná.  
3. Civilização moderna. I. Arruda, Gilmar.

CDU 911.3

---

Direitos reservados à  
Editora da Universidade Estadual de Londrina  
*Campus Universitário*  
Caixa Postal 6001  
Fone/Fax: (43) 3371-4674  
86051-990 Londrina – PR  
E-mail: [eduel@uel.br](mailto:eduel@uel.br)  
[www.uel.br/editora](http://www.uel.br/editora)

Impresso no Brasil / Printed in Brazil  
Depósito Legal na Biblioteca Nacional

2013

## SUMÁRIO

---

MONUMENTOS, SEMIÓFOROS E NATUREZA NAS FRONTEIRAS <i>Gilmar Arruda</i>	1
NATURALEZA, IMAGEN Y SOCIEDAD. MAR DEL PLATA Y LA CONQUISTA DE LA PLAYA <i>Graciela Zuppa, Fernando Cacopardo</i>	43
IMAGENS, NATUREZA E COLONIZAÇÃO NO SUL DO BRASIL <i>Marcos Gerhardt</i>	77
O CLIMA, A IMIGRAÇÃO E A INVENÇÃO DO SUL DO BRASIL NO SÉCULO XIX <i>Marlon Salomon</i>	97
O CANAL QUE PODERIA TER SIDO: VISÕES DA COMUNICAÇÃO INTEROCEÂNICA ATRAVÉS DO SUL DA NICARÁGUA <i>Christian Brannstrom</i>	113
O USO DE IMAGENS DE SATÉLITE PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA ÁREA DO ASSENTAMENTO RURAL IRENO ALVES DOS SANTOS – PARANÁ – BRASIL <i>Vicente Lucio Michaliszyn</i>	163

AS PERCEPÇÕES DAS ELITES BRASILEIRAS DOS ANOS DE 1930 SOBRE A NATUREZA: DAS PROJEÇÕES SIMBÓLICAS ÀS NORMAS PARA O SEU USO <i>Zélia Lopes da Silva</i>	177
UN AREA FRONTERIZA A PRINCIPIOS DE SIGLO: LAS CAMBIANTES IMÁGENES DE LA NATURALEZA <i>Gladys Mabel Tourn</i>	217
A FRONTEIRA DO OESTE DO PARANÁ: NARRATIVAS DE DESBRAVAMENTO, IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES <i>Samuel Klauck</i>	243
A RELAÇÃO ANTAGONISTA ENTRE HOMEM E NATUREZA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO/(RE)OCUPAÇÃO DO NORTE PARANAENSE <i>Zueleide Casagrande de Paula</i>	279

## APRESENTAÇÃO

### Narrativas e imagens da transformação da natureza, territórios e fronteiras

O fluxo de mudanças provocadas pelo impulso da economia mundial a partir do final do século XIX afetou desde a hierarquia social até as noções de tempo e de espaço das pessoas. No final do século XIX a chamada segunda revolução industrial, ou a revolução tecnocientífica, deu uma nova dinâmica ao fluxo criando novos produtos, novas formas de obtenção de energia, novos processos industriais desencadeando um irrefreável movimento de busca e apropriação de matérias primas e de mercados consumidores pelo mundo afora. Nesse novo momento da sociedade capitalista a exploração da natureza, agora vista como recurso natural, matéria prima, sofrerá uma aceleração vertiginosa alcançando todo o globo terrestre. As áreas distantes, desconhecidas, isoladas, como os denominados “sertões” do Brasil, ou as “llanuras” argentinas, foram esquadrinhadas, mapeadas, seus antigos moradores expulsos ou eliminados e novos habitantes transformaram completamente sua organização.

Neste contexto de transformação das mentalidades e hierarquias sociais as relações com a natureza também foram profundamente afetadas. A procura por novas reservas de matérias primas acelerou a construção de ferrovias, de estradas e canais. O deslocamento e reassentamento de milhões de pessoas de um continente para o outro, tangidas pelas mudanças na organização social e atraídas pelas possibilidades de terras “vazias” ou por necessidade de mão-de-obra, produziu uma acelerada e gigantesca mudança da paisagem no novo mundo. Nesse processo de re-localização foram produzidas representações sobre o clima, sobre os antigos habitantes e, em especial, uma visão contraditória da antiga floresta: ao mesmo tempo testemunho da riqueza da terra e inimigo que precisaria ser vencido para revelar outras riquezas, construir outra “natureza”.

O impacto decorrente da modernidade, especialmente com o fenômeno de urbanização, alterou as sensibilidades relativas à percepção da natureza. Novas formas de relação com a natureza, informadas por uma crescente medicalização da sociedade, transformaram as formas de usufruir de determinados locais como a praia, o campo, a floresta, a montanha. As percepções do natural na modernidade tensionava-se entre a concepção de recurso natural e a de monumento a ser preservado. Esse debate apareceu em diversos contextos como no momento de reformulação do aparato constitucional do Brasil nos anos de 1930.

Os textos aqui reunidos discutem a partir de diversas temporalidades/espacialidades e fontes as tensões oriundas da modernidade e seus impactos em escala global sobre as percepções do natural, nas mentalidades, na ocupação dos territórios, no cotidiano dos habitantes e, finalmente, como esses conflitos foram memorizados pelos atores que o vivenciaram.

Graciela Zuppa e Fernando Cacopardo, tendo como fontes fotografias, pinturas, desenhos e cartografias estudam as transformações

da apropriação de um determinado espaço, Mar del Plata. Um dos aspectos analisados foi o sentido das intervenções na natureza, as transformações da paisagem, compreendendo as vinculações das relações espaciais com mudanças sócio-culturais que permitiram a construção de novas referências culturais legitimadoras da transformação de uma paisagem rural em um lugar de ócio, para o “usufruto” do mar. Os espaços de ócio, como a praia, são trabalhados nesta pesquisa como resultado do cruzamento entre lógicas imaginárias, narrativas, representações e ações concretas dos atores sociais envolvidos.

A transformação de uma área rural em lugar de ócio e vilegiatura, para os pesquisadores, está inserida no contexto do processo de construção da nação Argentina a partir de 1810 sustentado através da ocupação, controle e construção de um extenso território que ia sendo progressivamente tirado dos grupos indígenas. A fundação de cidades foi uma das estratégias dentro do projeto iniciado. Mar Del Plata surgirá a partir desse processo. A transformação da natureza, sua incorporação em termos de território como pilar de uma nação, a urbanização como marca da presença da modernidade e, finalmente, a mudança para um “lazer” moderno indicam os processos históricos em torno do espaço estudado.

O estudo retoma as representações do mar como fronteira do medo e como gradualmente foi sendo transformado em algo aprazível. No contexto de Mar Del Plata, os autores demonstram através da leitura das imagens o processo conflitivo e complexo da construção de uma nova maneira de ver, pensar e experimentar a natureza das praias e do mar. Um processo nada pacífico, as novas práticas com relação ao mar, práticas da modernidade, implicaram também em mudanças no mundo do trabalho, do espaço do pescador que teve de assumir outras funções ou mudar-se para outras instalações e espaços.

A modernidade provocou outros tipos de mudanças no território além das novas práticas de mar, como o forte deslocamento populacional

e as iniciativas de colonização de áreas consideradas sertões em diversas regiões do país. Marcos Gerhardt no artigo “Imagens, natureza e colonização no sul do Brasil” analisa o impacto na natureza, a transformação da paisagem e sua incorporação pelos homens em um projeto de colonização no Rio Grande do Sul no período final do século XIX e início do século XX, mais precisamente na *Colônia Ijuhy*. Nesse território, durante algumas décadas, milhares de imigrantes, vindos diretamente da Europa ou de outras regiões do Estado, compraram terras devolutas cobertas de mato e as transformaram em lotes rurais para a produção agrícola e pecuária. Os colonos, contando também com o trabalho dos caboclos ou nacionais que já viviam nesse lugar, mudaram o ambiente removendo parte considerável do mato e dos animais. Foi uma área de fronteira, uma faixa - entre o lugar conhecido pelos colonos imigrados e o incógnito, entre o solo cultivado e o coberto por mato, entre o território selvagem, inóspito e o humanizado. Essa fronteira foi movida pelo trabalho (e pelo lazer nas caçadas) dos colonos que derrubaram o mato, mataram e afugentaram animais, plantaram alimentos e replantaram árvores, construíram casas, vilas, serrarias e moinhos.

A análise de imagens – algumas dentre muitas – permitiu ao autor conhecer parte da relação humana com a natureza, das concepções sobre ela e, principalmente, das mudanças produzidas neste território natural.

Na análise de Marcos Gerhardt vemos o processo de transformação da natureza pelas mãos humanas, já no texto de Marlon Salomão, “O clima, a imigração e a invenção do sul do Brasil no século XIX”, podemos observar como a natureza, no caso o clima, ou sua representação, contribuiu para construção do imaginário de uma região: o sul do Brasil. A relação entre clima e história, entre clima e território é associada pelo autor ao processo de emigração para o sul do Brasil no século XIX.

Nas inúmeras discussões que se iniciam a respeito da emigração para o Brasil a partir da década de 1840, o clima recebeu uma importância considerável, sendo que a questão era se os europeus conseguiriam sobreviver nos trópicos. A que tipo de mutações eles estariam passíveis, uma vez transferidos das partes amenas da Europa para esta região? Esses questionamentos sobre o clima no Brasil definirão a constituição de um espaço, de uma nova realidade chamada de sul do Brasil.

Recorrendo a vários textos surgidos a partir de meados do século XIX a respeito do sul do Brasil, Marcos Salomon demonstra que pouco a pouco, vê-se desaparecer uma região que até então se designava por Brasil meridional e a emergência de uma outra denominada de sul do Brasil. O lugar geográfico, o território que compunha o sul do Brasil era o mesmo do denominado Brasil meridional. No entanto, o sul do Brasil passa a estar associado a um clima saudável, distinto daquele dos trópicos. O que passa a definir a região é propriamente a salubridade do seu clima, que seria semelhante ao europeu.

Um elemento novo e importante que se constitui, portanto, em torno dessas discussões iniciadas por volta de meados do século XIX, é o da necessidade de definir uma certa região através da observação dos elementos que constituem e caracterizam o seu clima, na medida em que este exerce uma influência sobre os seres vivos.

A associação do sul do Brasil ao clima ameno permitiria o estabelecimento de emigrantes nessa região de clima ameno, fronteira a zona onde se situa o Equador, e em pouco tempo os filhos dos primeiros colonos ali estabelecidos, não sofreriam os mesmos problemas com a aclimação da geração precedente. O sul do Brasil seria um “viveiro de colonos”, lugar para se adaptar homens.

As conseqüências políticas da associação de um clima a uma certa região no Brasil em meados do século XIX permitiram que se

constituísse um certo racismo, não tanto contra uma raça específica, mas contra a população de uma certa região. A reivindicação da emancipação política do sul do Brasil por certos grupos conservadores originou-se naquela vinculação de há mais de um século entre clima e território, definindo essa região como um espaço separado do Brasil, considerado como um país tropical, e na qual se desenvolve uma população diferenciada daquela que caracteriza os países tropicais.

O clima associado a território criou a idéia de um “viveiro de colonos” no sul do Brasil dando origem a comportamentos racistas e propostas racistas um século depois. A natureza, isto é, determinada característica do território, também foi motivadora de propostas para a construção de um possível canal interoceânico na Nicarágua por mais de um século. Christian Brannstron no artigo “O canal que poderia ter sido: Visões da comunicação interoceânica através da Nicarágua”, pesquisou a relação entre quatro propostas surgidas desde o final do século XVIII até meados do século XX e a natureza da região. Utilizando-se de mapas não usuais, pouco conhecidos, como por exemplo, estampados em um leque ou em uma mesa de café, o autor analisa como os autores das propostas lançaram mão de vantagens, mitos ou esconderam condições naturais para argumentar em favor de suas justificativas e das escolhas das rotas para o canal.

O autor propõe-se aprofundar uma idéia familiar, um canal interoceânico que quase foi construído na Nicarágua. Para Christian Brannstron, os mapas analisados, que são narrativas do espaço, fornecem uma percepção única dentro da visão geográfica corrente da transformação da natureza da Nicarágua. As preocupações e propostas com o canal da Nicarágua levaram, na década de 1950 e 1960, a uma proposta norte-americana de usar explosões nucleares, sob “Projeto Plowshare” para o uso não-militar de bombas nucleares, para construir um canal no nível do mar na América Central.

Brannstron nos mostra como a natureza de um determinado território, a América Central, foi ao longo de quase 200 anos apropriada, destacada, selecionada com vistas a propagandear as melhores ou piores condições para a construção de um canal na Nicarágua. As propostas analisadas pelo autor mostram-nos claramente que os estudos de engenharia investem de valores os elementos naturais de acordo com as concepções ideológicas prévias dos autores.

Em um dos mapas analisados, “The Bird’s eye view” vemos como no desejo humano de domínio sobre a natureza, o homem imagina-se um pássaro, ou um Deus e “enxerga” o território do espaço para melhor defender sua proposta. Neste mapa, como nos outros, alguns aspectos são selecionados, destacados em detrimento de outros.

Um século depois, a imaginação da vista do espaço, da “The Bird’s eye view”, tornou-se realidade com os avançados satélites. No texto “O uso de imagens de satélite para avaliação de impactos ambientais na área do assentamento rural Ireno Alves dos Santos – Paraná – Brasil”, Vicente Lúcio Michaliszyn recorreu a essas imagens (cenas) para analisar um processo de apropriação da natureza em um assentamento rural. O objetivo do autor é demonstrar que a moderna tecnologia é um instrumento poderoso na preservação da natureza.

Vicente Lúcio Michaliszyn investiga uma área de terras localizada na região sudoeste do estado do Paraná, sul do Brasil, a qual foi ocupada no ano de 1996, com o objetivo de implantação de um assentamento para reforma agrária. O autor promoveu a análise de imagens de satélite do período pré-ocupação, 1994, até um momento de sua pós-ocupação, 2000 para avaliar o comportamento da cobertura florestal na área do assentamento. A constatação do autor, infelizmente, foi de que no período de 1997/1998 a redução da cobertura florestal foi mais significativa, ou seja, foi após a demarcação e constituição do assentamento que as modificações ambientais mais severas ocorreram.

A utilização das imagens de satélite e os resultados a que chegou demonstram que esse recurso é um poderoso aliado, permitindo questionar as conseqüências ambientais acarretadas em função do estabelecimento de projetos de assentamentos rurais, particularmente em áreas de densa cobertura florestal, desprovidos de um planejamento estratégico prévio.

A análise de Vicente Lúcio Michaliszyn, investigou um processo de desflorestamento ocorrido no final do século XX, indicando a necessidade de se planejar as formas de apropriação do território, especialmente aqueles cobertos de florestas. O debate sobre a preservação das matas e florestas é, no entanto, bem mais antigo e remonta ao século XIX, como demonstrou José Augusto Pádua. Entretanto, Zélia Lopes da Silva, no artigo “As percepções das elites brasileiras dos anos trinta do século passado sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para o seu uso”, propõe que os anos de 1930 do século XX são fundamentais para se conhecer e refletir sobre o surgimento das “modernas” normas legais de preservação no Brasil. A análise sobre a política brasileira, em relação ao meio ambiente, entre os anos de 1932-1937, é fundamental se considerarmos que as leis formuladas nesse momento definiram as diretrizes legais que nortearam a aplicação, ao longo dos anos seguintes.

Zélia Lopes da Silva demonstra que os meandros do debate, as ações governamentais implementadas pelo Governo Vargas e o alcance e as possibilidades acenadas nos textos legais que normatizam a matéria, não se restringiam a uma visão utilitarista da natureza como pensaram alguns autores, mas iam além opondo-se aos efeitos nefastos de uma política preconizada na Constituição de 1891 que remetia aos Estados a prerrogativa de legislar sobre o meio ambiente, já que o governo federal não possuía terras e nem florestas.

Para a autora não se tratava somente de superar a visão romântica da natureza por uma informada pela técnica, mas também

de perceber que existiam outras perspectivas naquele momento, desenhada com o sentido de *Monumento*, um patrimônio construído pela natureza, ameaçado de seguir o seu curso natural pelas recorrentes alterações provocadas pelos humanos.

Um dos pontos mais instigantes na análise da autora é a ação da sociedade civil no período, o qual destaca o papel desempenhado na conjuntura pelas diversas Instituições que se envolveram com a questão ambiental, como a *Sociedade Amigos de Alberto Torres*, a *Sociedade de Amigos das Árvores*, a *Academia Brasileira de Ciências*, e, também, a imprensa como o *Correio da Manhã* abrindo espaço ao debate, ampliando as vozes em direção à formação de uma opinião pública sobre o assunto.

A concepção de monumento que aparece no debate sobre a questão ambiental na conjuntura dos anos de 1930 analisado por Zélia Lopes da Silva, é uma das inúmeras presentes no imaginário social fruto das relações entre os homens e a natureza. Gladys Mabel Tourn, no texto “Un area fronteriza a principios de siglo: las cambiantes imágenes de la naturaleza”, enfoca, a fronteira, uma outra concepção decorrente da experiência concreta com a natureza. A autora analisa a partir de relatos de viagem as imagens construídas sobre uma área específica da república Argentina, a ‘  
llanuras’

Segundo a autora havia uma vaga imagem das enormes extensões e também a necessidade de apreendê-las, descrevê-las, detalhá-las como uma forma de tomar posse daqueles territórios, facilitando aos futuros povoadores, não nativos, as condições para sua exploração e os canais para a comercialização.

Mas as viagens eram também uma forma de consolidar uma fronteira, neste caso a fronteira do poder do Estado Nacional. Gladys Mabel Tourn recorre ao relato de Juan B. Ambrosetti, para o qual a natureza ocupa um papel dominante. A natureza dos pampas era uma realidade nova para os viajantes que tiveram de incorporá-la em seus

esquemas de pensamento. Era o colonizador avançando sobre a natureza, mas também a natureza modelando a imagem de um país extenso e rico que somente restava ser concretizada.

Para Gladys Mabel Tourn, o viajante não consegue a sua intenção de imprimir um caráter realista na descrição surgindo aqui e ali a interioridade deste. Além disso, os pampas não eram vazios, estavam ocupados por outros grupos sociais, os indígenas, que já haviam nomeado e investido de aspectos simbólicos todos os elementos da natureza lá existentes. Será no conflito entre essas duas projeções simbólicas do mesmo espaço natural que se construirá a “moderna” noção de fronteira para os pampas argentinos, mas os indígenas perderam seu espaço que se tornou uma área central na produção de matérias primas para o economia nacional.

A fronteira e suas representações parece ter se tornado um elemento recorrente em vários países da América no processo de incorporação dos territórios tradicionalmente ocupados por sociedades indígenas ou ainda considerados selvagens mesmo que os grupos indígenas já tivessem sido afastados/expulsos. No Brasil, o processo recente de ocupação das fronteiras, que alguns afirmam ser uma re-ocupação, pode ser datado a partir do último quartel do século XIX avançando até os anos de 1960 do século XX nas regiões do sudeste e sul do país. Samuel Klauck, no texto “A fronteira do oeste do Paraná: narrativas de desbravamento, imaginários e representações”, retoma a problemática da re-ocupação da fronteira no Paraná. A região por ele estudada, as Cataratas do Iguaçu e as Sete Quedas, já tinha chamado atenção de muitos viajantes atraídos pelas suas exuberantes belezas naturais.

Em muitos dos relatos sobre aquele espaço, a selva, os animais e a madeira aparecem como pontos relevantes, reforçando a idéia de uma natureza exuberante na região. Além de ser vista como rica

naturalmente também foi observada como desintegrada da nacionalidade, devido a intensa presença de estrangeiros que exploravam a região desde o período imperial.

O autor concentra-se no processo de colonização da região posterior aos anos de 1950 do século XX, a ocupação de fronteiras agrícolas. O território do oeste do Paraná era entendido como vazio, “inóspito sertão” designação corrente da região correspondente ao oeste do Paraná no final do século XIX e início do XX. A condição de “vazio” tornara-se uma preocupação para as autoridades locais desde o final do século XIX.

Samuel Klauck discute a relação existente entre as preocupações de afirmação de autoridades nacionais, da ocupação da região e do surgimento de uma identidade particular desenvolvida a partir do processo de transformação do espaço, a partir da distribuição e da venda de terras em pequenos lotes familiares para atração de colonos vindos, em sua grande maioria, da região Sul do Brasil, resultando na ocupação com sucesso da região, que se afirmava como ativa fronteira agrícola no período.

A transformação da natureza no processo de instalação dos novos ocupantes e de suas formas particulares de organização do espaço, os “praticantes de espaços”, resulta em um sentimento de pertencimento, que não se dissocia do sentimento de conquista, de desbravamento. Para o autor, as representações construídas sobre o desbravar, caracterizado na colonização recente do oeste paranaense, é muito semelhante, em termos retóricos, à conquista do *wilderness* norte americano um outro momento significativo das fronteiras na América. Os dois territórios, nas narrativas, são conquistados por personagens com qualidades superiores, figuras que não têm medo do novo. O colono migrante do Sul do Brasil, a quem estão sendo oferecidas informações sobre a riqueza desta região, é quem assume na Gleba o papel de colonizador.

Temos na análise de Klauck um momento específico no qual a transformação da natureza leva à construção de narrativas nas quais o

perfil desbravador dos seus autores ganha relevo pelo fato de terem enfrentado a opulenta floresta para revelar a fertilidade do solo daquelas. Nessas narrativas, os riograndenses são caracterizados como “pioneiros” por serem desbravadores e por se fixarem ao novo território. A riqueza buscada não é ouro; é a propriedade agrícola, que será geradora do desenvolvimento regional, como no caso norte-americano, em que o *farmer* aparece como a figura modelar no imaginário da conquista do Oeste. No caso do oeste do Paraná a terra roxa, a natureza serviu como atrativo para os colonos, mas que só será produtiva quando a floresta, um outro aspecto da natureza exuberante, estiver dominada.

O movimento de re-ocupação dos extensos territórios cobertos pela Mata Atlântica, cuja velocidade acelerou-se no último quartel do século XIX, impulsionada pelo crescimento da cultura cafeeira, na virada do século já havia ultrapassado os limites do Estado de São Paulo e penetrado nos territórios paranaenses. No final dos anos de 1920, com a entrada de vultuosos capitais ingleses, o processo adquire uma nova força avançando sobre enormes áreas até então preservadas da devastação. Originou-se a partir daí toda a rede urbana do norte do Estado do Paraná, que se estende, aproximadamente, desde antes do rio Tibagi ultrapassando o rio Piquiri no sudoeste. Em menos de 30 anos surgiram centenas de cidades sobre a floresta Atlântica, num processo de desmatamento sem paralelo, até então, na sociedade brasileira em termos de extensão e velocidade. Zueleide Casagrande de Paula, no artigo “A relação antagonista entre homem e natureza no processo de colonização/(re)ocupação do norte paranaense”, investiga as motivações, para além das explicações econômicas, da magnitude desse fenômeno de devastação organizado, na sua maior parte, pelos capitais ingleses (nacionais a partir da década de 1940).

Nesse momento, na concepção dos capitalistas ingleses sobre natureza selvagem que fundamentaria o processo de re-organização do

espaço, segundo a autora, os animais, os índios, os posseiros, os fazendeiros e grileiros presentes, deveriam ser retirados do espaço da mata. Deveriam ser eliminados da floresta todos os seus “malefícios”, em favor do desejado: o progresso e a civilização. O novo espaço seria caracterizado pelo trabalho –expresso em desmatamentos, na construção de estradas de acesso às propriedades, de ferrovias e das cidades modernas. Segundo Zueleide Casagrande de Paula, a ação da companhia foi altamente predatória e nociva até mesmo ao ser humano, não só à floresta e, o que é evidente, foi a violência praticada contra o outro, o desconhecido, os habitantes da floresta, fossem eles índios, posseiros, fazendeiros ou pequenos grileiros.

Nas memórias dos “colonizadores”, da cidade de Maringá, analisados pela autora, percebe-se a recepção à divulgação da região como lugar de riqueza certa, de terras férteis, de natureza abundante – em suma, o verdadeiro paraíso. Também é possível perceber a relação estabelecida entre homem e natureza. Nesses relatos foi o trabalho que transformou os “sertões” na terra prometida, ou no espaço urbanizado.

A natureza exuberante, a real e a da propaganda da companhia colonizadora, foi transformada pela tecnologia aplicada nos campos agrícolas, nos bosques urbanos das cidades e das ruas arborizadas simetricamente, nos jardins planejados e adornados. Enfim, para a autora, a natureza foi dominada na região Norte do Paraná do mesmo modo como havia sido subjugada pelos ingleses, do outro lado do Atlântico, séculos antes.

A transformação da natureza a partir de movimentos de re-ocupação – colonização, como o analisado por Zueleide Casagrande de Paula, caracteriza-se, entre outros aspectos, pelo surgimento do urbano na floresta. Centenas de cidades surgiram nesse período. Os novos habitantes, os colonizadores, foram construindo narrativas – memórias e histórias – do próprio processo de mudança da paisagem. Essas

narrativas foram fixadas em diversos suportes nesse novo urbano, como fotografias, murais, livros, depoimentos, ruas, etc. Em meu texto, “Monumentos, semióforos e naturezas nas fronteiras”, priorizo as relações que essas narrativas estabelecem com a natureza e suas formas de pereneização com a intenção de vencer o tempo e tornarem-se referências às futuras gerações.

As memórias construídas do devassamento dos sertões de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul possuem uma semelhança tão esmagadora que podem ser analisadas para além dos seus aspectos de identidade local, ou de história local. Procurei superar os aspectos relacionados à história de uma determinada localidade para buscar os elementos significativos da construção das repetitivas narrativas sobre a urbanização existentes nas centenas de cidades surgidas no período.

A análise busca como foram construídas as narrativas sobre o processo histórico de devassamento da mata atlântica e sua substituição pelo urbano. No centro das reflexões estão, portanto, as relações estabelecidas entre o viver histórico dos homens e suas relações com o mundo natural. A intenção foi buscar a universalidade do processo, deixando de lado os aspectos “identitários” relativos à história da cidade de Londrina.

*Gilmar Arruda*  
organizador

# IMAGENS, NATUREZA E COLONIZAÇÃO NO SUL DO BRASIL

---

Marcos Gerhardt<sup>1</sup>

No sul do Brasil, especificamente no estado do Rio Grande do Sul, um dos repovoamentos do território ocorreu através da imigração de europeus durante os séculos XIX e XX, onde viviam, muito antes, os grupos indígenas caingangue e guarani. Com a imigração, extensos matos foram medidos, mapeados e vendidos àqueles imigrantes que desejavam tornar-se, na maioria, colonos agricultores. Uma quantidade significativa de imagens, produzidas por diferentes fotógrafos amadores e profissionais, retratam paisagens que foram rapidamente modificadas pelo trabalho humano. São fotografias mostrando uma região que foi entendida como fronteira entre o espaço cultivado e o intocado, retratos de um ambiente natural que cedeu lugar ao progresso.

Definindo os recortes, concentra-se o foco deste texto no período final do século XIX e inicial do século XX e no planalto do Rio Grande do Sul, mais precisamente na *Colônia Ijuhy*, onde e quando implantou-se um projeto estatal de colonização, acompanhado de vários projetos privados. Nesse território, durante algumas décadas, milhares de imigrantes vindos diretamente da Europa ou de outras regiões do Estado,

---

<sup>1</sup> Professor de História – UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

compraram terras devolutas cobertas de mato e as transformaram em lotes rurais para a produção agrícola e pecuária. Os colonos, contando também com o trabalho dos caboclos ou nacionais que já viviam nesse lugar, mudaram o ambiente removendo parte considerável do mato e dos animais.

Desse processo têm-se – além de narrativas orais, de variada documentação escrita e de outros vestígios e memórias – muitas imagens, geralmente fotografias. Fotografia que é, conforme Boris Kossoy,

[...] indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele. [...] Apesar do amplo potencial de informação contido na imagem, ela não substitui a realidade tal como se deu no passado. Ela apenas traz informações visuais de um fragmento do real, selecionado e “organizado” esteticamente e ideologicamente. [...] A fotografia ou um conjunto de fotografias apenas congelam, nos limites do plano da imagem, fragmentos desconectados de um instante de vida das pessoas, coisas, natureza, paisagens urbana e rural.<sup>2</sup>

Portanto, interpretando as imagens pode-se conhecer parte das mudanças e das permanências no ambiente daquele período e também a compreensão da população da época sobre a natureza, especificamente sobre o mato.

Esse ambiente repovoado por imigrantes era a continuação, para o sul do continente, da Mata Atlântica brasileira – que teve um milhão de quilômetros quadrados de extensão – estudada e definida por Warren Dean como um complexo de tipos de florestas, compostas por uma grande e dispersa diversidade de espécies de plantas, algumas inexistentes em outros lugares, com árvores de 35 metros de altura ou mais. Neste texto<sup>3</sup> é usada a palavra “mato”, mais comum no vocabulário regional, para

<sup>2</sup> KOSSOY, B. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989. p. 72 e 78 (série Princípios, 176).

<sup>3</sup> Utiliza-se, em várias citações, a grafia anterior às mudanças ortográficas de 1942.

referir-se à vegetação presente em parte considerável do Rio Grande do Sul, destinada aos projetos de colonização. Em outras áreas do estado, predominava a vegetação de gramíneas, caracterizando os campos, as pastagens naturais utilizadas preferencialmente para pecuária extensiva em grandes propriedades, uma atividade essencial na economia gaúcha por longo tempo.

Configurou-se assim, uma dualidade entre campo e mato que foi observada e relatada por alguns viajantes; em 1820 e 1821, o francês Auguste de Saint-Hilaire, viajando pela então província do Rio Grande do Sul e visitando os Sete Povos das Missões, registrou:

*Ao ar livre, a um quarto de légua de S. Luís, 12 de março, 4 ½ léguas. – Persiste o solo um pouco montanhoso e agradavelmente bordado de matas e pastagens. Aquelas apresentam espessos bosques de árvores, lianas e arbustos onde seria impossível penetrar, salvo se abrisse passagem de machado à mão.*

Os campos daqui são muito parecidos com os dos arredores de Curitiba, mas são mais alegres, pela ausência da *Araucária*. [...]

*Santo Ângelo, 22 de março, 4 léguas. – Tendo sido avisado que minha carroça teria dificuldade em vir até aqui, deixei-a em S. João e pus-me a caminho acompanhado somente por Joaquim Neves, um pequeno índio, e de um jovem guia que me foi dado pelo administrador de S. João.*

A região por mim percorrida para vir até aqui é montanhosa e florestal. [...]. As pastagens são de má qualidade, a erva muito crescida e muito dura; as matas são densas e cheias de bambus.<sup>4</sup>

Cerca de setenta anos depois, outro viajante, o sueco Carl Axel Magnus Lindman, que esteve no sul do Brasil na década de 1890, dividiu sua publicação sobre *A vegetação no Rio Grande do Sul* (de 1900) em

---

<sup>4</sup> SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p. 143 e 155.

seis partes, das quais “A região littoral e as areias movediças”, “Os campos do Rio Grande” e “As mattas do Rio Grande” revelam sua percepção e preocupação em diferenciar os espaços e paisagens do estado conforme a vegetação. Na introdução do relato, Lindman refere-se à

[...] parte norte, que denominei o planalto, é também parecida com os estados vizinhos ao norte, por ser sua maior extensão ocupada por mattas, que às vezes se estendem sobre áreas cuja travessia demandam dias de viagem. Não são, porém, contínuas porque são interrompidas por pastagens sem árvores, igualmente extensas e denominadas “Campos”. [...] A parte sul (e oeste) do Rio Grande do Sul é, pois, especialmente um território baixo que, sem limites naturais próprios, é continuado nos países vizinhos e, como nelles, quasi que sem mattas [...].<sup>5</sup>

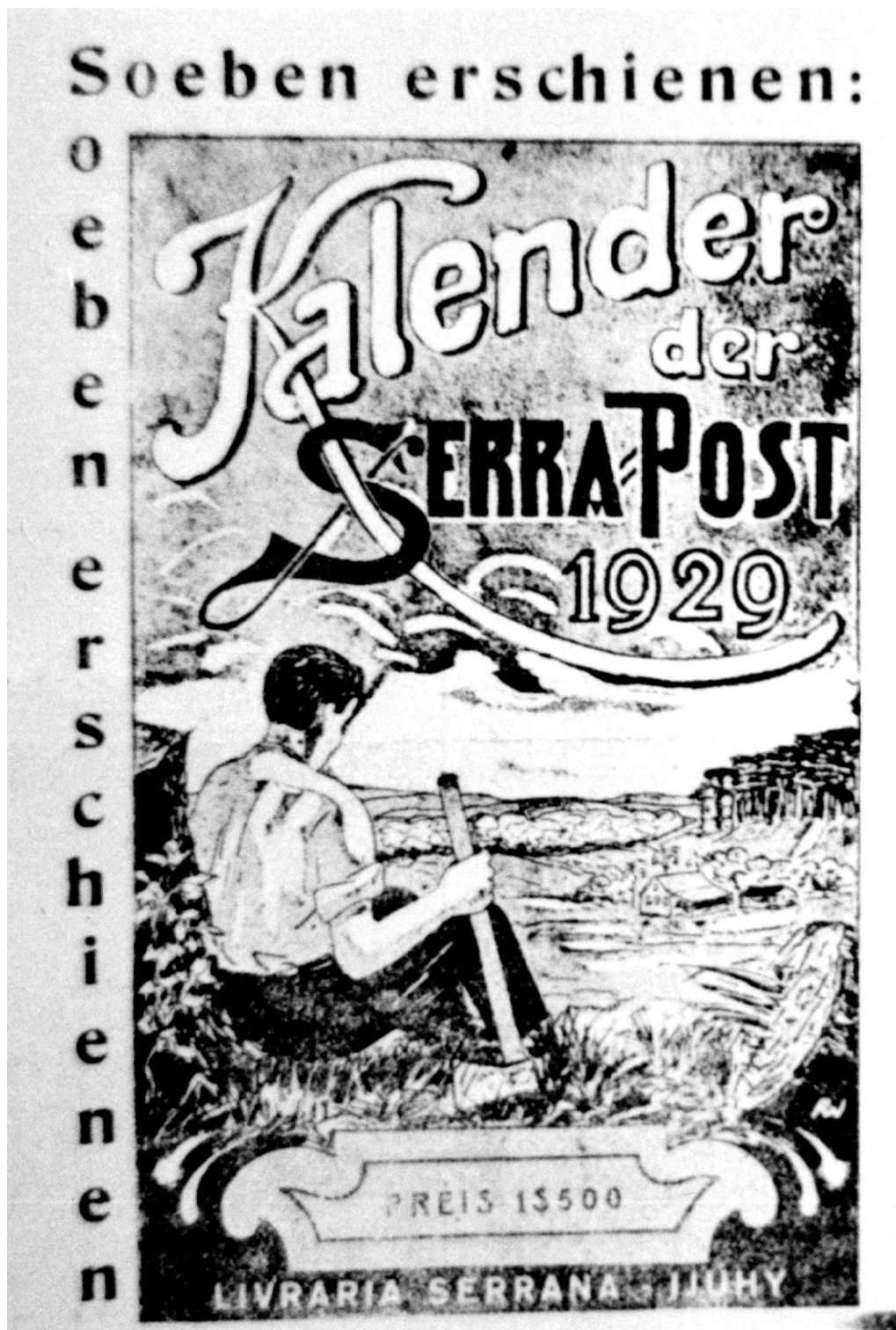
Em tempo ainda posterior, a capa do Almanaque do Correio Serrano<sup>6</sup> (Imagem 1), de 1929 e de outros anos, lido nessa região de colonização, continha o desenho de um homem sentado sobre uma elevação do solo, tendo na mão um machado, ao lado da parte de um tronco de árvore recém derrubada. Abaixo e adiante, alvo do olhar daquele homem, havia uma área sem mato, com uma casa, um galpão e um pomar; ao fundo estava o mato e outra vegetação não identificada.

Este desenho, tomado agora como fonte, permite saber sobre as concepções da época pesquisada: de forma estereotipada, apresentava as mudanças em um ambiente que tornava-se civilizado e produtivo através do trabalho humano de retirar a mata, de cultivar e de construir. Representa a fronteira entre dois ambientes.

---

<sup>5</sup> LINDMAN, C. A. M. & FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p. 7. (Reconquista do Brasil, 2).

<sup>6</sup> No original: *Kalender der Serra-Post*.



**Imagem 1** – O Almanaque de 1929  
Publicada no *Die Serra Post*, 05 out. 1928. Museu Antropológico Diretor Pestana.

Neste texto, uma abordagem identificada com a história ambiental, a fronteira é entendida como o lugar até onde pode-se avançar no momento, pois adiante não há condições para prosseguir. É um conceito mais amplo que o de divisa entre países ou o de uma linha divisória fixa; inclui-se a mobilidade e a idéia de faixa. Considera-se parcialmente o que escreveu o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, para quem “A fronteira é constituída pelos inumeráveis pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar”<sup>7</sup>. Portanto, essa parte do Rio Grande do Sul pode ser entendida como uma faixa de fronteira, móvel, até onde, naquela época, os grupos sociais ligados ao campo e à pecuária extensiva desejavam ou podiam chegar; uma fronteira natural, vegetal, mas também uma construção humana, parcialmente habitada pelos caboclos, a partir de onde os colonos imigrantes foram instalados pelo estado do Rio Grande do Sul. Lugar de alteridade e conflito segundo José de Souza Martins.<sup>8</sup>

O desenho analisado tem muito em comum com as imagens presentes nas narrativas de Saint-Hilaire e Lindman: estes viajantes expressaram a existência uma fronteira entre dois ambientes naturais, o mato e o campo; o desenho representou a fronteira entre o lugar cultivado e o inculto, entre o espaço conhecido e o incógnito. Essa fronteira, ligada à natureza, corresponde à imagem que está presente em outras partes do relato de Lindman:

No Rio Grande do Sul existe ainda matta intacta e primitiva, verdadeira matta virgem. Sabe-se, por exemplo, que nas colonias alemãs e italianas ainda há florestas no mesmo estado em que foram entregues pelos agrimensores do governo, que

---

<sup>7</sup> Citado por ZIENTARA, B. Fronteira. *Enciclopédia Einauldi: Estado e Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989, v. 14, p. 306.

<sup>8</sup> MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. (*Tempo Social*). v. 8, n.1, p. 150, maio 1996.

foram as primeiras pessoas civilizadas que entraram com os seus auxiliares nestas mattas incógnitas e cheias de animaes bravios, para as medir e dividir em lotes ou propriedades, abrindo nellas as primeiras ‘ picadas’  
Muitos destes lotes florestaes demarcados ainda não estão occupados, e outros ha em que o proprietário pode designar mattas em que elle, o primeiro dono, nunca entrou com o seu machado, e onde talvez nunca pisasse pé humano.<sup>9</sup>

No fragmento transcrito, Lindman apresenta sua perspectiva: um ambiente de “matta intacta e primitiva”, lugar de “animaes bravios” onde entraram “as primeiras pessoas civilizadas”, “abrindo nellas as primeiras ‘ picadas’  
seu machado. Portanto, uma fronteira em movimento. Postura semelhante, que considera o mato como intocado, virgem, pode ser observada em vários outros documentos; é uma abordagem etnocêntrica que não nega a existência mas, desconsidera a importância da população indígena e cabocla na região, cuja presença é anterior à imigração européia iniciada no século XIX. A mesma perspectiva – do mato intocado e do pioneirismo do imigrante – está no texto escrito pelo padre polonês Antoni Cuber, que viveu na *Colônia Ijuhy*, fundada em 1890 pelo governo estadual:

Nas margens do rio Ijuí, afluente do Uruguai, estendem-se magníficas florestas, cujas espessas matarias, até há pouco tempo, só eram conhecidas pelos animais selvagens e pelos bugres. [...]

No interior da mata virgem, no meio de cobras e outros animais selvagens, sem espôsa e filhos, isolados de tôdas as criaturas humanas, deveriam aqueles lituanos [...] ali permanecer inapelavelmente.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> LINDMAN, Op. cit. p. 180.

<sup>10</sup> CUBER, A. *Nas margens do Uruguai*. 1898. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975. p. 13.

Nessa mesma colônia, fotógrafos profissionais como os integrantes da família Beck, também Eduardo Jaunsem, Augusto Bauken, Hugo Rohden, Alfredo Klohn e amadores como Hermann Gieseler produziram incontáveis imagens fotográficas que fornecem, aos historiadores de hoje, testemunhos preciosos da colonização.

Destas fotografias, a imagem 2 apresenta uma visão panorâmica da *Villa Ijuhy*<sup>11</sup>, do noroeste para o sudeste, no início do século XX, em três níveis: no primeiro plano havia uma plantação de milho, espaço conquistado ao mato e produtivo; no centro da imagem, a vila com seu ordenamento de quadras, ruas, residências e a completa ausência de grandes árvores que foram totalmente eliminadas; ao fundo, o imponente mato ainda presente. Num olhar mais próximo, de dentro da vila<sup>12</sup>, a imagem 3 contrasta novamente planos distintos ao retratar, primeiro, a praça organizada e cercada, já sem os “numerosos troncos de árvores”<sup>13</sup> notados pelo padre Cuber. Segundo, parte da igreja católica e outros prédios dispostos ordenadamente e, logo adiante, o mato. A data exata da fotografia é desconhecida mas, seguramente, foi produzida após 1914 pois, no relatório municipal de 1913 registrou-se o trabalho de arborização e jardinagem da praça. Percebe-se novamente, na parte da vila retratada, a completa ausência de grandes árvores ou vestígios de mato; haviam algumas árvores, predominando as palmeiras, plantadas nas margens das ruas e na praça, organizadas em linhas. Nas duas imagens, evidenciar a fronteira e diferenciar o espaço civilizado pelo trabalho humano daquele ocupado pelo mato, parecem ter sido intenções do fotógrafo.

---

<sup>11</sup> Assim denominada mesmo após a emancipação do município em 1912.

<sup>12</sup> Fotografia possivelmente obtida a partir da torre da igreja luterana, de norte para sul.

<sup>13</sup> CUBER, Op. cit. p. 21.



**Imagem 2** – Vista parcial da *Villa Ijuhy*

Vista parcial de Ijuí. 1907. 1 fot. p&b.: 16,9 x 28 cm. Museu Antropológico Diretor Pestana., Coleção Beck 0.2 0071



**Imagem 3** – Praça central da *Villa Ijuhy*

Vista parcial de Ijuí. sd. 1 fot. p&b.: 8 x 17,6 cm. Museu Antropológico Diretor Pestana., Coleção Beck 0.2 0079

Pesquisando as áreas de colonização, especificamente a *Colônia Ijuhy*, nota-se uma dupla compreensão dos colonos, dos administradores da colônia e dos moradores das vilas: de um lado, o mato era ameaçador, desconhecido, respeitado e, de outro, um estorvo, um ambiente difícil para os humanos; morar no mato significava derrubá-lo, afugentar ou matar animais temidos, abrir espaço para a roça com os recursos técnicos da época. Isso coincide com a afirmação de Warren Dean, no livro *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira* (1996), de que a floresta é um lugar inóspito para os humanos que estão mal equipados fisicamente para habitar esse ambiente. Assim, o mato e toda a natureza eram vistos como fornecedores de materiais essenciais e úteis à instalação dos colonos no ambiente, como estando disponíveis para a utilização humana.

A imagem 4 retratou parte do modo de vida de um caboclo na Colônia: Silvestre Joaquim da Rosa morava, quando fotografado, em uma casa construída com bambu e alguma fibra vegetal tramada, coberta com capim, escorada com varas de madeira pois ameaçava cair. Certamente vestia uma roupa melhor que a cotidiana e simulava tocar o violão; em torno dele, a chaleira de ferro, a cuia preparada para o chimarrão, um banco além daquele em que estava sentado, o forno de barro, uma panela de ferro, três abóboras cultivadas, mato e capoeiras. Conforme essa imagem, também não havia nenhuma árvore próxima da casa. Pelo menos, é o que se pode ver no recorte escolhido pelo fotógrafo. Evidencia-se uma vida de caboclo distinta daquela desejada pela maioria dos colonos; uma outra postura diante da vida e do trabalho – na roça, no corte da erva-mate, na derrubada de mato, na abertura de estradas.



**Imagem 4** – Caboclo

JAUNSEM, Eduardo. *Silvestre Joaquim da Rosa*. Déc. 1920. 1 fot. p&b.: 9 x 13 cm. Museu Antropológico Diretor Pestana, Coleção Jaunsem 4.4 0001.

Contudo, as casas dos colonos recém-chegados aos lotes rurais, possivelmente não eram muito mais sofisticadas que a habitação da imagem 4, a casa do caboclo Silvestre, mas construídas com materiais disponíveis na natureza, especialmente a madeira. Na imagem 5 tem-se o retrato, sem data, de um grupo de pessoas ao lado de uma pequena casa de construção rudimentar, toda feita com madeira serrada ou lascada. Várias pessoas estavam sobre um tronco de árvore cortado e outra estava sobre a carroça; em torno delas, uma plantação de milho e, ao fundo, o mato. Próximo da casa, nenhuma árvore. Novamente uma imagem que reúne e contrasta paisagens diferentes: a moradia, a roça, o mato – o lugar habitado e o intocado.



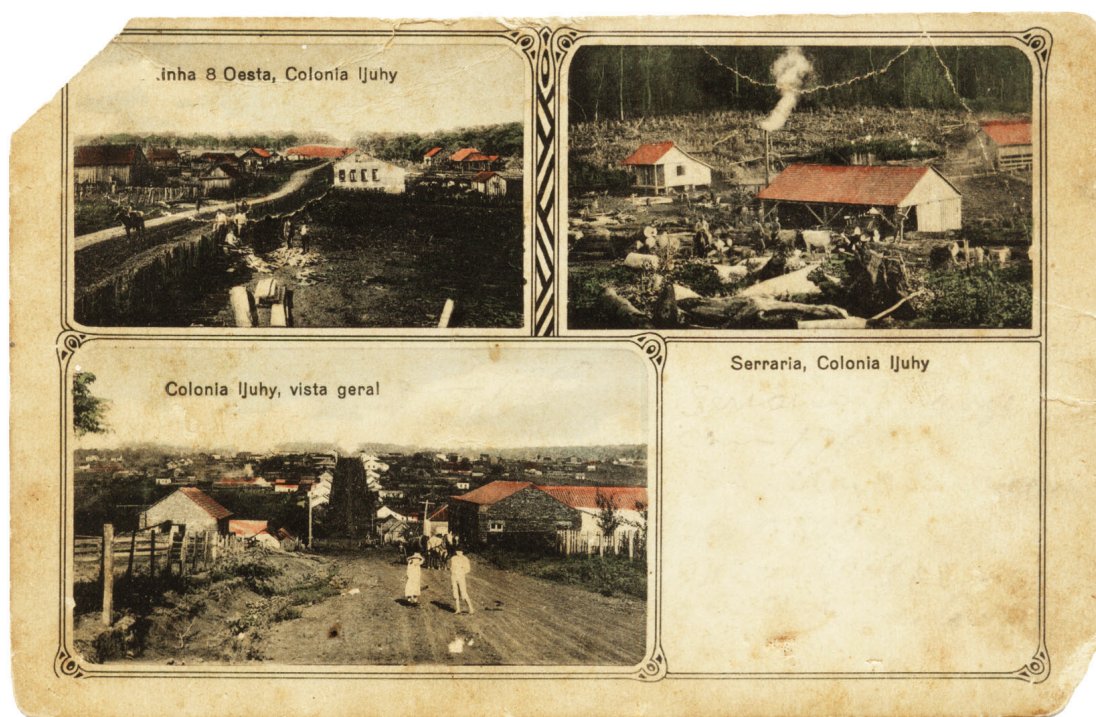
**Imagem 5** – Casa de colonos

JAUNSEM, Eduardo. *Lavoura de milho*. sd. 1 fot. p&b.: 9 x 12 cm. Museu Antropológico Diretor Pestana, Coleção Jaunsem 3.1 0040b.

Analisando fotografias de habitações construídas depois dos anos iniciais de colonização, percebe-se que a madeira continuou sendo essencial na construção; mesmo que a casa fosse levantada com tijolos de barro, parte da estrutura das paredes e do telhado, as telhas de tábuas lascadas, o assoalho e as aberturas eram de madeira. Com os mesmos materiais, faziam os estábulos, os galpões, o paiol e os cercados para os animais. Ainda, obtinham da natureza a lenha para o fogão, os cabos para as ferramentas, o porongo (*Lagenaria vulgaris*) para levar água de beber à roça, a vassoura (*Baccharis dracunculifolia* DC) para varrer o pátio, a cobraína (*Peschiera australis* Müll. Arg/Miers ou *Peschiera catharinensis* DC/Miers) para preparar a garrafada usada no tratamento de picada de cobra ou aranha.

Dos poucos cartões postais que mostraram Ijuí – em pequeno número na época da colonização ou não preservados – há um mais

significativo, reproduzido na imagem 6. As fotografias escolhidas, reunidas e emolduradas no cartão, coloridas posteriormente, apresentavam aos familiares distantes ou aos interessados em migrar para essa cidade, um quadro com três realidades: uma localidade rural, a *Linha 8 Oeste (sic.)*, a *Villa Ijuhy* com sua rua principal e uma *Serraria*. Nas três imagens, mostrava-se a mudança que o trabalho humano produziu no ambiente que tornava-se habitado e organizado; sempre ao fundo, o mato em contraste. Na fotografia da serraria, em planos sucessivos, estão os troncos cortados, pessoas e animais, a serraria com a chaminé do motor a vapor, uma residência e outra construção, uma área de roça nova com muitos tocos de árvores e, por fim, o mato. Um ângulo, um enquadramento, uma imagem que ressalta a ação humana no ambiente, que apresenta as virtudes da natureza, que mostra o progresso pelo trabalho.



**Imagem 6** – Cartão postal  
 SCHWABROH, Johs. *Bilhete Postal*. sd. p&b. 9,1 x 14 cm. Museu Antropológico Diretor Pestana., Arquivo Ijuí 1095.

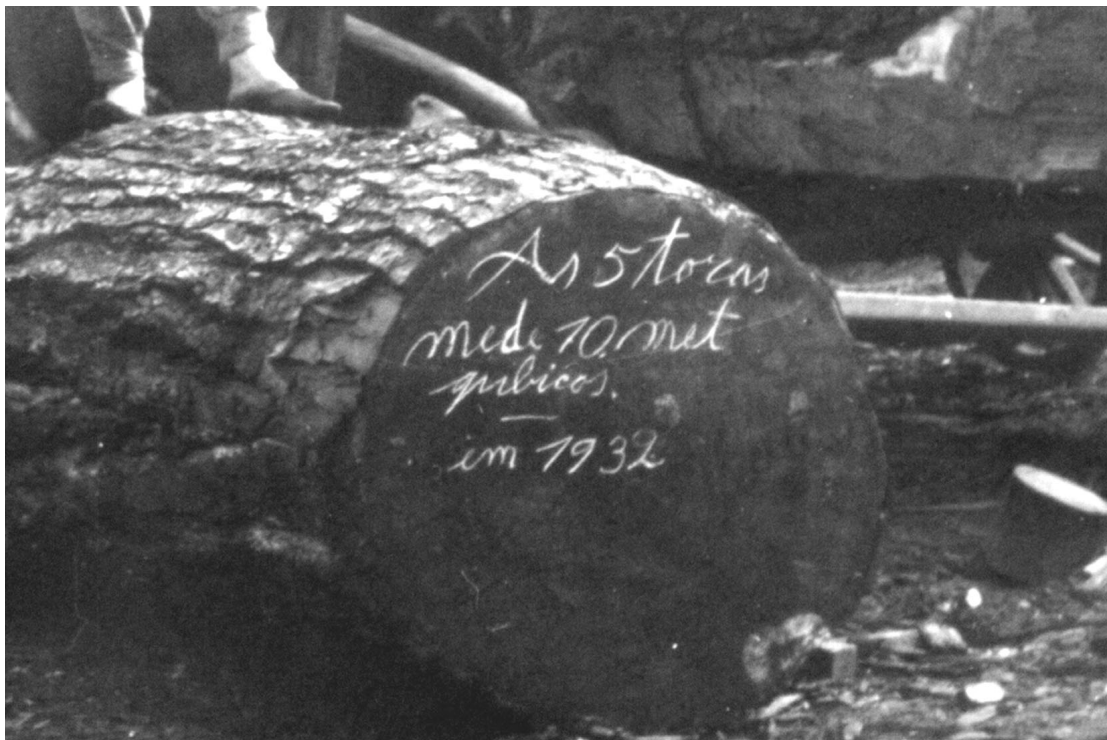
A existência de muitas fotografias do período em estudo, nas quais são retratadas serrarias ou o transporte de toras de grandes dimensões, pode ser tomada como um testemunho do fascínio dos migrantes que se estabeleceram na área de mato como colonos ou como moradores das vilas, tanto daqueles que chegavam à região de Ijuí até a década de 1910, quanto dos que continuaram vivendo na região. Certamente fascinavam-se com a imponência da floresta.

As imagens 7 e 8 são reproduções de fotografias da serraria de José Hickenbick, em Ijuí de 1932. Das seis pessoas retratadas, cinco estão sobre grandes troncos de árvores cortadas; um dos troncos está sobre uma carroça com duas juntas de bois atreladas. Os troncos e as pessoas são centrais na imagem; em torno: tábuas, pranchas e outras peças de forma retangular (talvez dormentes), diferentes construções em madeira – uma delas coberta com pequenas tábuas – e cercas também em madeira. Considerando que a inclinação do terreno facilitava mover os troncos, pode-se deduzir que o prédio principal da serraria não foi retratado e localizava-se à direita daquelas pessoas.

Nota-se, sobre a extremidade de dois dos troncos, com caligrafias diferentes, as escritas: *As 5 toras mede 10 mt qubicos. (sic.) – em 1932 e Serraria de José Hickenbick 120 mt Ijuí.* No caso da segunda tora, duas setas apontando para as bordas do tronco permitem acreditar que tratava-se de 1,2 metro de diâmetro e não de 120 metros cúbicos. Essas escritas, antecipando e preparando a fotografia – pois não há nenhum sinal de modificação posterior no negativo em vidro – revelam, por um lado, a vontade de ressaltar o diâmetro dos troncos, a admiração por seu tamanho e, por outro lado, a valorização do trabalho humano, capaz de cortar, transportar e transformar em tábuas aquelas enormes árvores, ou seja, capaz de civilizar a natureza.



**Imagem 7** – Serraria



**Imagem 8** – Serraria

Serraria Hickenbick. 1932. 1 fot. p&b.: 13 x 18 cm. Museu Antropológico Diretor Pestana., Coleção Beck 3.3 0027a

Assim, repetem-se imagens diferentes no conteúdos mas, iguais na forma: muitas fotografias retratam o mato, o corte das árvores, o transporte das toras com pessoas sobre ou ao lado delas e as serrarias. As imagens aqui reproduzidas e analisadas são da *Colônia Ijuhy* mas, as fotografias de outras colônias do norte do estado (e, talvez, do sul do Brasil), embora de lugares e pessoas diferentes, reproduzem a mesma lógica: os humanos, com seu trabalho, modificando o ambiente e humanizando a natureza.

Por fim, diversas são as imagens que retratam pessoas e animais, todas interessantes como documentos históricos. Contudo, um conjunto de fotografias – o registro das caçadas – interessa particularmente. Na imagem 9, produzida possivelmente na década de 1910 e em lugar incerto da região estudada, oito homens portavam suas armas e alguns as exibiam com destaque; um deles tinha a faca na mão, manifestando ou simulando sua disposição em utilizá-la para tirar o couro ou a carne dos animais. Havia ainda vários cães – geralmente presentes nas imagens de caçadas – e os animais mortos: uma anta e dois veados colocados de forma visível; ao fundo, estava uma vegetação densa, talvez o mato. Mesmo tratando-se de pessoas não identificadas, é possível interpretar na imagem o orgulho daqueles homens que prepararam a cena e deixaram-se fotografar com suas armas, seus cães e com o excelente resultado da caçada; expressaram e ressaltaram assim, sua coragem, habilidade e competência.



**Imagem 9.** Caçada  
Caçada. 1912. 1 fot. p&b.: 23 x 30 cm. Museu Antropológico Diretor Pestana., Coleção Beck 5.3 0020b

A análise dessas imagens – algumas dentre muitas – permite conhecer parte da relação humana com a natureza, das concepções sobre ela e, principalmente, das mudanças produzidas em alguns ambientes de mato do Rio Grande do Sul. Retomando a argumentação de antes, afirma-se que havia uma fronteira – uma faixa – entre o lugar conhecido pelos colonos imigrados e o incógnito, entre o solo cultivado e o coberto por mato, entre o território selvagem, inóspito e o humanizado. Essa fronteira foi movida pelo trabalho (e pelo lazer nas caçadas) dos colonos que derrubaram o mato, mataram e afugentaram animais, plantaram alimentos e replantaram árvores, construíram casas, vilas, serrarias e moinhos, ou seja, usando uma palavra encontrada em muitos documentos escritos na época, fizeram o progresso. Uma publicação

comemorativa de 1924, escrita por imigrantes da *Colônia Serra Cadeado*, evidenciou essa percepção:

No fim da segunda década o retrato da colônia é bem mais agradável. Ao longo das ruas já não há mais a mata selvagem. Bonitas residências de colonos, rodeadas de laranjais em flor, pessegueiros e ameixeiras mostram claramente o progresso. Em verdes campos pastam vacas gordas, cavalos e terneiros. Já existem mais serrarias, algumas com água e outras a vapor, mais olarias e fábricas de telhas que facilitam a construção de moradias.<sup>14</sup>

O progresso era medido pela substituição da “mata selvagem” por casas e pomares, por roças e poteiros. Parte considerável das fotografias publicadas no álbum *1822-1922: 7 de setembro: Ijuhy no centenário* retratou residências, prédios públicos, escolas, igrejas, pontes, cultivos e criação de animais, ou seja, o resultado da ação humana, a transformação do ambiente, os símbolos do progresso e da civilização. Cenas da natureza também integravam o álbum: foram retratadas cascatas, admiráveis por sua beleza ou por ser “onde está sendo construída a usina hydro-eletrica Municipal”.<sup>15</sup>

Desse modo, a superação das características naturais do ambiente, num tempo em que acreditava-se no avanço da ciência e da tecnologia, significou o progresso, ao menos para os colonos e para os administradores das colônias. Compreendiam o mato como um lugar intocado, inadequado para habitar, um estorvo para a agricultura; ao mesmo tempo, fascinavam-se com ele, admiravam a fertilidade da roça nova e obtinham da natureza muito daquilo que necessitavam para viver.

---

<sup>14</sup> 1824-1924: Registro da festa comemorativa ao centenário da primeira imigração alemã no Rio Grande do Sul: aos alemães da colônia Serra Cadeado. Tradução de Marcos Gerhardt e Miguel Wildner. Ijuí: Sedigraf, 1996, p. 22-23. (No original publicado em 1924: *Festschrift zur Jahrhundertfeier der ersten deutschen hinwanderung in Rio Grande do Sul: den deutschen der kolonie Serra Cadeado*).

<sup>15</sup> 1822-1922: 7 de setembro: Ijuhy no centenário. scp. Ijuí: 1922.

Essa região do Rio Grande do Sul tinha, portanto, os atributos necessários ao progresso: o trabalho de colonos imigrados e uma natureza entendida como disponível para o uso humano; um lugar destinado ao desenvolvimento. Na época, poucos contestaram essa postura.

Os numerosos colonos – ao lado de caboclos, de grandes proprietários rurais das áreas de campo, dos administradores das colônias, dos comerciantes e de outros que viviam nas vilas – buscaram retomar suas vidas em pequenos lotes agrícolas, geralmente de 25 hectares. Usando o machado, a foice, o fogo e o arado, construíram uma paisagem, civilizaram parcialmente a natureza. A adoção dessa forma de colonização trouxe a necessidade de modificar o ambiente, de retirar parte considerável do mato, de construir e cultivar; além da necessidade, havia uma postura civilizatória, de humanização desse ambiente, de crença no progresso, na técnica e na ciência, de apropriação de bens naturais entendidos como disponíveis.

## Bibliografia e fontes

1822-1922: 7 DE SETEMBRO: IJUHY NO CENTENÁRIO. scp. Ijuí: 1922.

1824-1924: REGISTRO DA FESTA COMEMORATIVA AO CENTENÁRIO DA PRIMEIRA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL: AOS ALEMÃES DA COLÔNIA SERRA CADEADO. Tradução de Marcos Gerhardt e Miguel Wildner. Ijuí: Sedigraf, 1996. (No original publicado em 1924: *Festschrift zur Jahrhundertfeier der ersten deutschen hinwanderung in Rio Grande do Sul: den deutschen der kolonie Serra Cadeado*).

ARRUDA, G. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. 256 p.

CUBER, A. *Nas margens do Uruguai*. 1898. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975.

DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

DIE SERRA POST, 05 out. 1928. Acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana / FIDENE / UNIJUÍ.

GERHARDT, M. *Estado, estancieiros, caboclos e colonos modificam o ambiente: a história da “Colônia Ijuhy” (1850-1930)*, 2002. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Londrina.

KOSSOY, B. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989. 110 p. (série Princípios, 176).

LINDMAN, C. A. M.; FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. 377 p. (Reconquista do Brasil, 2).

MARTINS, J. de S. *O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. (*Tempo Social*). vol. 8, n.1, p. 150, maio 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IJUÍ. *Relatórios Municipais: 1912-1931*. Acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. 215 p.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, 454 p.

ZARTH, P. A. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. 208 p.

ZIENTARA, B. Fronteira. *Enciclopédia Einauldi: Estado e Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989, v. 14.